



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO**  
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO  
**PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM ATIVIDADE FÍSICA RELACIONADA À SAÚDE**  
Estrada da Igara, Km 4- Zona Rural-Senhor do Bonfim-BA-48970-000  
E-mail: [gabinete@bonfim.ifbaiano.edu.br](mailto:gabinete@bonfim.ifbaiano.edu.br)  
Tel.: (74) 3542-4000

REGIMENTO INTERNO DA  
**PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU***  
**EM ATIVIDADE FÍSICA RELACIONADA À SAÚDE**

Campus Senhor do Bonfim  
2019

## **CAPÍTULO I**

### **DA FINALIDADE**

**Art. 1º** O Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* em Atividade Física Relacionada à Saúde IF Baiano/Campus Senhor do Bonfim, tem por finalidades:

- 1) Formar profissionais aptos a desenvolverem pesquisas que gerem conhecimentos técnico-científicos aprofundados nas áreas de educação e saúde, com visão empreendedora;
- 2) Contribuir para a produção de conhecimentos acadêmico-científicos que possam favorecer o desenvolvimento sustentável e melhoria das condições de vida da população local, por meio de pesquisas voltadas à realidade e cultura regional;
- 3) Disseminar conhecimentos científicos ligados às áreas de educação e saúde, por meio de eventos técnico-científicos, buscando intercâmbio entre estudantes, pesquisadores e profissionais de áreas afins;
- 4) Qualificar recursos humanos para a docência nas áreas de educação e saúde, em nível superior, com vistas a atender a grande demanda de Senhor do Bonfim, bem como outras regiões, que nos avizinham, sobremaneira, a Região do Piemonte do Itapicuru.
- 5) Articular os espaços acadêmicos e profissionais dos diferentes níveis do IF Baiano, consolidando o princípio da verticalização do ensino, da pesquisa e da extensão.

**Art. 2º** O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Atividade Física Relacionada à Saúde será ofertado no formato modular e terá carga horaria de 470 (quatrocentos e setenta) horas, com duração de 18 (dezoito) meses.

§ 1º Findo prazo previsto no caput, não sendo satisfeitos os requisitos para conclusão do curso, o prazo de conclusão será prorrogado, independentemente de solicitação, por mais 6 (seis) meses.

§ 2º A não conclusão do curso no prazo da prorrogação acarretará o cancelamento automático da matrícula.

## **CAPÍTULO II**

### **DA COORDENAÇÃO DO CURSO E DO COLEGIADO**

**Art. 3º** A Coordenação do Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* em Atividade Física Relacionada à Saúde far-se-á através de um Colegiado presidido pelo Coordenador do Curso.

§ 1º O Coordenador do Curso deverá ser professor efetivo da instituição, com titulação mínima de mestre e afinidade com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC);

§ 2º O Coordenador do Curso será substituído pelo Vice-Coordenador em casos de impedimentos ou ausências;

§ 3º O Vice-Coordenador deverá atender aos mesmos requisitos estabelecidos para escolha do Coordenador;

§ 4º Compete ao Coordenador de Curso:

- I. compor o Comitê de Pós-Graduação do IF Baiano;
- II. presidir e representar o Colegiado em qualquer órgão do IF Baiano;
- III. convocar reuniões do Colegiado e gerir as atividades do programa ou do curso;
- IV. decidir, ad referendum do Colegiado, assuntos urgentes da competência daquele órgão;
- V. representar o programa e o curso perante os demais órgãos.

**Art. 4º** O Colegiado do Curso será formado:

- I – pelo Coordenador do Curso;
- II – pelo Vice-Coordenador;
- III – por três professores do Curso, indicados pelos pares; e
- IV – por um representante discente, regularmente matriculado e indicado por seus pares.

**§ 1º** Cada membro do corpo docente indicado para compor o Colegiado deverá ter seu suplente, que o substituirá, nos casos de impedimentos, faltas ou vacância;

**§ 2º** O representante discente também terá um suplente igualmente indicado pelos estudantes do Curso, que o substituirá nos casos de impedimentos, faltas ou vacância;

**§ 3º** Todos os membros do Colegiado terão mandato de dois anos, exceto o representante discente, cujo mandato será de apenas um ano.

**Art. 5º** Ao Colegiado do programa ou do curso, compete:

- I – propor e adotar medidas necessárias ao bom andamento do programa ou do curso de pós-graduação;
- II – organizar e presidir os processos de seleção de estudantes;
- III – decidir sobre a oferta de disciplinas, bem como verificar o cumprimento do conteúdo programático e da carga horária;
- IV – estabelecer mecanismos adequados de orientação acadêmica aos discentes;
- V – acompanhar e orientar todas as atividades administrativas e acadêmicas que se relacionam com o programa ou com o curso, supervisionando a emissão de todo e qualquer documento pertinente a ele;
- VI – credenciar, recredenciar e descredenciar docentes no programa e/ou no curso;
- VII – elaborar ou reformular o Regimento Interno do programa ou do curso, submetendo-o à apreciação da PROPES;
- VIII – deliberar sobre processos referentes a trancamento ou dispensa de matrícula e convalidação, aproveitamento ou concessão de créditos;
- IX – indicar as orientações e aprovar os pedidos de coorientações;
- X – apreciar e deliberar a respeito da exclusão de discentes do programa ou do curso, por motivos acadêmicos ou disciplinares;
- XI – receber, apreciar, deliberar ou encaminhar à instância cabível, se necessário, sugestões e/ou reclamações sobre representações ou recursos de discentes ou de docentes, sobre qualquer assunto de ensino ou pesquisa pertinentes ao programa ou ao curso de pós-graduação;

XII – aprovar ou indicar os membros para constituição das bancas de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e para bancas de exame de qualificação.

Parágrafo único: - O Colegiado deverá se reunir a cada dois meses e, extraordinariamente, quando necessário, por convocação do coordenador ou de 2/3 (dois terços) de seus membros permanentes.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA SELEÇÃO, INSCRIÇÃO E MATRÍCULA**

**Art. 6º** O acesso ao Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* em Atividade Física Relacionada à Saúde deve ser feito por inscrição em processo seletivo específico.

**Art. 7º** A seleção dos candidatos às vagas no Curso obedecerá às seguintes etapas e critérios:

I – Homologação das Inscrições - (de caráter eliminatório): serão homologadas apenas as inscrições com documentação completa, composta de ficha de inscrição preenchida; uma cópia documento oficial de identidade e do CPF; uma cópia do diploma de graduação; pré-projeto e uma cópia do Currículo *Lattes* atualizado;

II – Análise do Pré-Projeto - (de caráter eliminatório): avaliação do pré-projeto conforme barema proposto no Edital.

II - Análise do Currículo - (de caráter classificatório): será avaliada a experiência profissional e/ou produção acadêmica e científica do candidato, comprovada e apresentada em seu Currículo *Lattes*, conforme Barema existente no Edital.

**Art. 8º** Os candidatos serão selecionados de acordo com o limite de vagas e critérios de seleção previstos em Edital.

**Art. 9º** Será concedida matrícula a candidatos que, atendidos os requisitos exigidos por este Regimento e pelo Regimento Geral de Pós-Graduação do IF Baiano, tenham sido aprovados dentro do número de vagas em processo seletivo do Curso e desde que atendidas às exigências previstas no Edital de Seleção.

**Art. 10.** É vedado o trancamento de matrícula, seja isoladamente ou no conjunto dos componentes curriculares.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO**

**Art. 11.** O Curso terá duração de 18 (dezoito) meses, e uma carga horária de 470 horas.

**Art. 12.** As disciplinas e suas respectivas cargas horárias são descritas na Matriz Curricular do Curso constante no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

**Art. 13.** Os professores deverão entregar seus Planos de Ensino no início das atividades letivas do Curso ao Coordenador do Curso e no primeiro dia de aula da disciplina, aos alunos.

**Art. 14.** O professor deverá entregar à Secretaria Acadêmica o diário de classe completo até 30 dias após o término da disciplina.

**Parágrafo único:** Os casos específicos, mediante dinâmica do processo didático-pedagógico da pesquisa-ação, serão devidamente negociados e formalizados junto à

## **CAPÍTULO V**

### **DO RENDIMENTO ACADÊMICO**

**Art. 15.** O rendimento acadêmico de cada componente curricular será aferido por meio de provas, trabalhos escritos, experimentos, visitas técnicas, seminários e/ou outras formas de verificação de aprendizagem, conforme estabelecidas no Projeto Pedagógico do Curso.

**§ 1º** Para aprovação, será exigido frequência mínima de 75% em cada componente curricular.

**§ 2º** Será considerado aprovado em uma disciplina o aluno que obtiver média final através de nota igual ou superior a 7,0 (sete).

**§ 3º** Utilizar-se-á a média aritmética para efeito de cálculo da nota final da disciplina.

**§ 4º** Terá direito a uma atividade de reposição o aluno que, não tendo comparecido à atividade acadêmica programada, comprove impedimento legal ou motivo de doença, apresentando atestado médico e, ou outro documento (judicial, convocação, trabalhista) na Secretaria de Registros Acadêmicos – SRA, até 48 horas após o término do impedimento.

**Parágrafo único:** A atividade de reposição será definida pelo docente responsável pelo componente curricular.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA SEGUNDA CHAMADA E DAS RECUPERAÇÕES**

**Art. 16.** Caso o estudante não possa comparecer às aulas em dia de atividades avaliativas, mediante justificativa, poderá requerer nova avaliação.

**§ 1º** O pedido de nova avaliação (segunda chamada) deverá ser encaminhado à Secretaria Acadêmica no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a realização da atividade ou término do impedimento legal. O encaminhamento do requerimento também poderá ocorrer através de e-mail enviado à Secretaria Acadêmica.

**§ 2º** O pedido de nova avaliação deverá conter a justificativa e os documentos comprobatórios, se houver.

**§ 3º** Cabe a Secretaria Acadêmica encaminhar o pedido de nova avaliação ao Coordenador do Curso, para deferimento ou não.

**Art. 17.** É vedado ao professor ou a qualquer outra pessoa, abonar faltas, ressalvadas as determinações legais.

**Art. 18.** O aluno que obtiver média final inferior a 7,0 (sete) na disciplina e frequência igual ou superior a 75%, poderá fazer uma prova de recuperação em um prazo máximo de até 15 dias do término da disciplina. A nota da prova de recuperação será somada à média final da disciplina e o resultado dividido por 2 (dois), para composição da média final.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA REPROVAÇÃO E DO DESLIGAMENTO**

**Art. 19.** O aluno será desligado do Curso caso ocorra uma das seguintes hipóteses:

- I. Não atingir a frequência mínima exigida de 75% da carga horária prevista;
- II. Obter uma reprovação em componente curricular durante a integralização do Curso;
- III. For reprovado na apresentação do Trabalho Final.

**Parágrafo único:** Compete ao Colegiado do Curso efetuar os desligamentos e ao Coordenador do Curso o encaminhamento destas decisões à Secretaria Acadêmica.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DO APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS**

**Art. 20.** Poderão ser validadas disciplinas cursadas em outros Cursos de Pós-Graduação, em um período igual ou inferior a 5 (cinco) anos, a critério do Colegiado do Curso, não podendo ultrapassar a 25% da carga horária total do curso.

§ 1º. Para validação de disciplina, o aluno deverá preencher solicitação na Secretaria Acadêmica, em até 15 (quinze) dias após o início das aulas, e anexar obrigatoriamente o comprovante de aprovação, a ementa e o programa da disciplina.

§ 2º Enquanto o pedido de Aproveitamento não for decidido, o(a) pós-graduando(a) deverá continuar frequentando as aulas.

§ 3º O Aproveitamento de Estudos não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) da carga horária total do Curso.

## **CAPÍTULO IX**

### **DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Art. 21.** O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que será realizado individualmente, é obrigatório para a obtenção do Certificado de Conclusão do Curso e poderá constituir-se de:

- I. Artigo Científico, preferencialmente;
- II. Monografia;
- III. Relatório Técnico-Científico de novos produtos ou processos tecnológicos;
- IV. Patente;
- V. Confecção de materiais didáticos (livros, cartilhas ou vídeos).

§ 1º A apresentação e a defesa do TCC dependerão:

- I. Da integralização da carga horária total do Curso;

II. Da aprovação do trabalho por Banca Examinadora;

III. Do encaminhamento de 03 (três) exemplares impressos do TCC a Coordenação do Curso;

IV. De recomendação formal do Orientador para apresentação e defesa oral do TCC;

V. Do preenchimento de formulário específico para apresentação, protocolado na Coordenação do Curso.

**§2º** Para efeito do disposto no *caput* deste artigo, o TCC será considerado como atividade curricular, sendo registrados, no Histórico Escolar do discente, o tipo e o título do trabalho.

**§3º** A elaboração do TCC deverá seguir as normas da ABNT e sua apresentação será feita publicamente.

**§4º** O Colegiado do Curso deverá estabelecer as normas específicas para orientação e apresentação do TCC.

**§5º** O prazo para apresentação e defesa do TCC será de 6 (seis) meses, a partir da integralização da carga horária total do Curso, prorrogável por, no máximo, mais 06 (seis) meses, observado o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses de duração total do Curso.

**§6º** A data para a apresentação do TCC será fixada pelo Coordenador do Curso em consenso com o Orientador, e a apresentação do TCC ocorrerá entre 15 (quinze) e 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da recepção, pela Coordenação do Curso, dos exemplares do TCC.

**§7º** O TCC será avaliado por uma Banca Examinadora, composta pelo Orientador do TCC e por 2(dois) membros por ele indicados.

**§8º** A Banca Examinadora deverá ser presidida, preferencialmente, pelo Orientador do TCC.

**§9º** Os membros da Banca Examinadora deverão ter titulação mínima de Especialista ou possuir notório saber na área específica do TCC.

**§10º** Após a apresentação do TCC, feitas as devidas correções, quando necessárias, o (a) pós-graduando (a) deverá encaminhar à Coordenação do Curso, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a defesa do TCC, 02 (dois) exemplares da versão final, sendo 1 (uma) cópia impressa e encadernada e 1(uma) cópia digital.

**Art. 22** A cada pós-graduando (a) do Curso será garantido, no mínimo, 01 (um) Orientador, que será, obrigatoriamente, docente do Colegiado do Curso.

**Art. 23** Cada pós-graduando (a) pode ter 1(um) ou, no máximo, 2 (dois) Coorientadores.

**§1º** O Coorientador poderá ser professor ou pesquisador de outra instituição.

**§2º** A troca de orientador só será permitida, quando outro docente assumir formalmente a orientação, com o conhecimento prévio e expresso do professor substituído e da Coordenação do Curso.

**§3º** A troca de Coorientador só será permitida com o conhecimento prévio da Coordenação do Curso.

**Art. 24** O Orientador e o (s) Coorientador(es) devera(ão), obrigatoriamente, fazer parte



da autoria das publicações científicas oriundas do TCC.

**Art. 25** Na avaliação do TCC, será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez), sendo aprovado o trabalho que obtiver nota igual ou superior a 7 (sete).

**§1º** Será lavrada Ata da sessão de julgamento do TCC, a qual deverá ser assinada por todos os integrantes da Banca Examinadora e encaminhada à Coordenação do Curso, com cópia para a Secretaria de Registros Acadêmicos.

**§2º** É atribuição da Banca Examinadora emitir pareceres de aprovação ou reprovação do TCC submetido a avaliação, os quais devem ser encaminhados pelo Orientador a Coordenação do Curso.

**§3º** O(a) pós-graduando(a) que obtiver nota inferior a 7 (sete) no TCC terá o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para reelaboração e nova apresentação do trabalho em questão, observado, em todo caso, o limite máximo de 24 meses para duração total do Curso.

## **CAPÍTULO X DO CORPO DOCENTE**

**Art. 26.** O corpo docente do Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* em Atividade Física Relacionada à Saúde será constituído por professores especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissional, sendo que 50% (cinquenta por cento) destes, pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtido em Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação.

**§ 1º** Compete ao docente permanente e ao visitante ministrar disciplina, orientar discentes e produzir resultados de pesquisa, bem como realizar outras atividades necessárias ao bom andamento do Curso, em conformidade com a demanda do Colegiado.

## **CAPÍTULO XI DAS AÇÕES AFIRMATIVAS**

**Art. 27.** As ações afirmativas são preventivas e reparadoras no sentido de favorecer indivíduos que historicamente são discriminados, portanto, tratam da inclusão de negros, de indígenas e de pessoas com necessidades específicas nos cursos de pós-graduação ofertados pelo IF Baiano. Têm como base:

- I. A Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de maio de 2016, que estabelece prazos para as Instituições Federais de Ensino Superior apresentarem propostas nesse sentido;
- II. A Lei nº 12.887, de 20 de outubro de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial;
- III. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- IV. A Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que dispõe sobre reserva de 20%



(vinte por cento) das vagas oferecidas em concursos públicos, no âmbito da administração pública federal, aos candidatos negros (pretos ou pardos), conforme o quesito de cor ou raça utilizado pelo IBGE, de maneira que os candidatos negros concorram concomitantemente às vagas reservadas e às destinadas à ampla concorrência;

- V. O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência, reservando 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos a essas pessoas e assegurando-lhes os direitos de concorrer a todas as vagas com os demais candidatos, em igualdade de condição.

**§1º** Do total de vagas disponíveis em cada processo seletivo, fica reservado o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para candidatos negros (pretos e pardos) e indígenas, conforme:

- a) os candidatos negros e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, conforme a sua classificação no processo seletivo;
- b) os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecidos para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas e
- c) em caso de desistência do candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

**§ 2º** Do total de vagas disponíveis em cada processo seletivo, fica reservado o mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas para candidatos com deficiência:

- a) os candidatos com deficiência concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, conforme a sua classificação no processo seletivo;
- b) os candidatos com deficiência aprovados dentro do número de vagas oferecidos para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas e
- c) em caso de desistência do candidato com deficiência aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato com deficiência posteriormente classificado.

**§ 3º** Os candidatos à reserva de vagas farão a sua opção no ato da inscrição, utilizando formulário próprio indicando uma das modalidades de reserva de vagas (categoria cor/raça ou categoria pessoa com deficiência). A categoria cor/raça será definida conforme as classificações utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A categoria pessoa com deficiência será definida especificando o tipo da deficiência.

- a) A comprovação da autodeclaração dos candidatos cotistas aprovados dar-se-á

por critérios e metodologias a serem estabelecidas conforme Política de Ações Afirmativas do Instituto Federal Baiano;

- b) Os processos seletivos deverão garantir recursos e serviços de acessibilidade para os candidatos com deficiência realizarem o processo seletivo em condições adequadas.

**§ 4º** Respeitas as proporcionalidades deste *caput* a distribuição das vagas obedecerá:

- a) 03 (três) vagas para os candidatos negros (pretos e pardos);
- b) 03 (três) vagas para os candidatos indígenas e
- c) 01 (uma) vaga para os candidatos com deficiência.

## **CAPÍTULO XII**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 28.** Os casos omissos serão deliberados pelo Colegiado do Curso.